

編號：第 56/2012 號 (刑事上訴案)

上訴人：A

日期：2016 年 1 月 28 日

主要法律問題：

- 審查證據方面明顯有錯誤
- 法律定性
- 詐騙罪與偽造文件罪的競合

摘 要

1. 司法警察局鑑定報告顯示，有關車輛的登記申請書上的賣方簽名很可能不是由被害人所簽署，但鑑定報告亦指出，不能確定是否由上訴人或是上訴人的兒子簽署。雖然鑑定報告未能肯定上述申請書簽名是由上訴人冒簽的，但是，結合被害人的聲明，以及有關車輛成功登記在上訴人兒子名下的事實，原審法庭根據生活經驗法則分析有關事實，並按照自由心證原則認定上訴人實施了相關的犯罪事實。

2. 根據已證事實上訴人在自由、自願及有意識之情況下，故意作出有關行為，意圖為自己取得不正當得利，以虛構事實欺騙及使公證署和商業及動產登記局的職員產生錯誤，從而將被害人的上述輕型汽車轉而登記在其兒子的名下，據為己有，最後，後將之變賣圖利，令被害人遭受巨額財產的損失。上訴人的行為滿足了詐騙罪的罪狀構成要素。

3. 詐騙罪與使用偽造文件罪的犯罪性質完全不同，兩者更各自保障不同的法益。詐騙罪是以保護財產免受侵害為目的；而使用偽造文件罪則旨在保護文件本身所具有的公信力及其在證明力方面的安全性及可信性。

裁判書製作人

譚曉華

合議庭裁判書

編號：第 56/2012 號 (刑事上訴案)

上訴人：A

日期：2016 年 1 月 28 日

一、案情敘述

於 2011 年 11 月 30 日，上訴人 A 在初級法院刑事法庭第 CR3-10-0089-PCC 號卷宗內被裁定以直接正犯及既遂方式觸犯：

- 一項《刑法典》第 244 條第 1 款 a)項及 c)項所規定及處罰的『偽造文件罪』，被判處九個月徒刑；
- 一項同一法典第 211 條第 3 款所規定及處罰的『詐騙罪』，罪名成立，被判處一年九個月徒刑；
- 兩罪競合並罰，合共被判處二年三個月徒刑之單一刑罰，緩期二年六個月執行，作為緩刑條件，上訴人須於六十（60）日內向受害人支付下述賠償及延遲利息。

上訴人被判處賠償受害人財產損害：澳門幣壹拾萬圓（MOP\$100,000.00），以及該賠償金額由本判決作出之日起直至完全支付為止之法定利息。

上訴人不服，向本院提起上訴。¹

¹其葡文結論內容如下：

1. A sentença recorrida condenou a ora recorrente, em cúmulo jurídico, a dois anos e três meses de prisão, pela prática dos crimes p.p. pelos art.ºs. 244.º, n.º 1, al. a) e c) e 211.º, n.º 3, do Código Penal, suspendendo a sua execução pelo período de dois anos e seis meses, com a condição do pagamento à ofendida montante indemnizatório de MOP\$100,000,00 (cem mil patacas) acrescido dos juros legais, no prazo de sessenta dias.
2. Sumariamente, a base factual da sentença residiu no julgamento de que a ora recorrente forjou a assinatura da ofendida aposta em uma declaração de transmissão de propriedade de veículo, logrando, assim, aliená-lo.
3. A ora recorrente negou sempre de modo categórico ter praticado qualquer acto ilícito. Nomeadamente, a autoria da aludida assinatura.
4. Efectuado o exame pericial da assinatura em questão, concluiu-se no respectivo relatório pela probabilidade de a assinatura do vendedor não ter sido feita pela ofendida, sem contudo poder confirmar-se que a mesma assinatura foi feita pela arguida ou pelo filho desta.
5. Pode, pois, afirmar-se que o relatório pericial não foi conclusivo, não tendo, portanto, a virtude de demonstrar os factos da acusação que imputaram à recorrente a prática dos supra mencionados ilícitos.
6. Efectivamente, à probabilidade de a assinatura não ter sido redigida pela ofendida não pode fazer-se equivaler a afirmação, para mais demonstrada, de que não foi por ela produzida.
7. Mas a sentença recorrida foi bem mais longe: não só deu por assente que a assinatura não foi feita pela ofendida, como julgou que a mesma foi feita pela arguida, ora recorrente. Todavia,
8. A dúvida do relatório pericial não foi, em julgamento, resolvida por qualquer outro meio de prova. A dúvida sobre a autoria da assinatura implica inexoravelmente a dúvida sobre a imputabilidade do facto à arguida.
9. A, aliás douda, decisão recorrida não revela de que modo tal dúvida foi sobrepassada pelas regras da experiência comum (?) e ou pela livre convicção do Meritíssimo Juiz a quo. Que factos, afinal; levaram o tribunal a quo a vencer o princípio da presunção de inocência da ora recorrente?
10. Perante a dúvida, admitida pelos próprios peritos, e não resolvida por quaisquer outros meios probatórios, estava o tribunal a quo obrigado a decidir segundo o princípio in dubio pro reo.
11. Os invocados princípios estão visceralmente ligados, e constituem aquisições civilizacionais já com larga e vetusta tradição, sendo diversos os corolários do princípio da presunção de inocência, designadamente:
 - (i) Apenas a sentença judicial tem a faculdade de vencer definitivamente a eficácia da presunção de inocência do acusado.
 - (ii) No momento da sentença apenas existem duas possibilidades ou categorias: culpado ou inocente, não sendo admitido qualquer outro julgamento.
 - (iii) A “culpabilidade” deve ser juridicamente provada, o que implica a aquisição de um grau de certeza.
 - (iv) Ou, em outra perspectiva, que o acusado não tem que provar a sua inocência e não pode ser tratado como um culpado.
 - (v) A presunção de inocência impede, ainda, a existência de quaisquer “mitos de culpa”,

檢察院對上訴作出了答覆。²

-
- isto é, partes da culpa que não necessitam de ser provadas.
12. O ónus da prova dos factos incriminadores é da acusação, não pendendo sobre o acusado qualquer obrigação ou ónus de provar o contrário, ou seja de provar a sua inocência. A « acusação deve provar a culpabilidade do arguido para além de qualquer dúvida razoável » (in livro Verde Sobre a Presunção de Inocência, Comissão da União Europeia).
 13. Todavia, por mera cautela de patrocínio, a não merecer consagração o entendimento supra exposto, sempre se diga que não deve, de modo algum, ser a recorrente condenada pela prática de dois ilícitos criminais: a falsificação de documento e a burla.
 14. O crime de falsificação deve considerar-se consumido pelo crime de burla. O concurso não é real mas meramente aparente (concurso de normas).
 15. Efectivamente, a pretensa falsificação de documento constitui acto preparatório (ou talvez mesmo acto de execução) do crime de burla, não devendo deste ser autonomizado, sob pena de violação do princípio non bis in idem.
 16. A decisão recorrida violou, portanto, os princípios da presunção de inocência, in dubio pro reo e non bis in idem.

Termos em que, e nos mais e melhores de Direito, deve a sentença recorrida ser revogada e substituída por outra que declare a inocência da recorrente, absolvendo-a da prática dos crimes de que foi pronunciada.

A não procederem as razões supra expostas, o que apenas por cautela se admite, sem conceder, deve apenas subsistir a condenação pelo crime de burla, que não também pela falsificação de documentos,

Assim fazendo V. Ex^{as}. a costumada JUSTIÇA!

²其葡文結論內容如下：

1. A recorrente põe em causa a dought decision do Tribunal a quo, argumentando que dado que o exame pericial da assinatura tenha apenas concluído que a probabilidade de a assinatura do vendedor não ter sido feita pela ofendida, assim, não podia julgar que a mesma foi feita pela recorrente, questionando a decisão do Tribunal a quo violou o princípio de inocência e in dubio pro reo.
2. Na nossa óptica, nos presentes autos, não deve somente focar no resultado do exame pericial da assinatura como vem invocada pela recorrente, mas também deve analisar todas as provas recolhidos na audiência e julgamento.
3. Repara-se que ficou provados que a recorrente é amiga íntima da ofendida. Pela apresentação da recorrente à Agência de Automóvel B, a ofendida conseguiu comprar o veículo automóvel MJ-XX-X8. Pela confiança criada entre a ofendida e a recorrente, a mesma ofendida tinha entregue o seu documento de identificação e de documento de identificação do seu filho à recorrente para efeitos de tratamento de formalidades de seguro. Pela mesma confiança, a ofendida tinha entregue a chave da casa e a chave do cofre à recorrente. O veículo automóvel em questão ficou registado em nome do filho da recorrente, o qual ficou revendido ao C.
4. A convicção do Tribunal a quo baseia-se não só as declarações da recorrente, como também as declarações da ofendida, os depoimentos da Polícia Judiciária e a análise crítica dos documentos e apreendidos nos autos.

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱及提交法律意見，同意檢察院司法官在其對上訴理由闡述的答覆中發表的觀點和論據，認為上訴人提出的上訴理由全部不成立。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

原審法院經庭審後確認了以下的事實：

1. 於 2004 年間，上訴人 A 和被害人 D 是親密的朋友。
2. 2004 年 4 月初，上訴人 A 介紹被害人 D 在「B 車行有限公司」，以港幣\$133,000 圓購買了一輛全新的輕型汽車。
3. 其後，該車獲給予車牌 MJ-XX-X8。

-
5. Pelo exposto, não se verifica o vício suscitado pela recorrente.
 6. A recorrente põe em causa a dought decisão do Tribunal a quo, argumentando que o crime de falsificação deve ser consumido pelo crime de burla, pois a falsificação de documento é realizada como meio para atingir um crime de burla, entendendo que a decisão padece vícios de violação do princípio de Non Bis In Idem.
 7. O crime de falsificação de documento e o crime de burla são distintos os bens jurídicos tutelados pelas normas do artº. 244º e 211º do C.P.M.
 8. O crime de falsificação de documento protege a fé pública do documento.
 9. O crime de burla protege o património em geral.
 10. Ambos são distintos, autónomos entre si, deve a recorrente ser condenada pela sua prática em concurso real de crimes.
 11. Pelo exposto, os tais fundamentos devem ser rejeitado.

Nestes termos e nos demais de direito, deve V. Excelências Venerandos Juízes julgar o recurso improcedente mantendo a dought sentença recorrida em íntegra.

Porém V. Excelência farão a habitual JUSTIÇA!

4. 期間，由於被害人兒子的心臟經常生病，上訴人亦曾主動提議被害人為其兒子購買保險，並向被害人聲稱與一名 E 保險公司的職員相熟，可取得折扣。
5. 被害人同意後，於是委託上訴人辦理有關手續。由於被害人信賴上訴人，於是將其本人及兒子的澳門居民身份證正本交給上訴人，以便上訴人為其兒子辦理購買保險的手續。
6. 2004 年 4 月底，由於被害人將需要前往歐洲工作，於是亦將其位於 XX 大馬路 XX 號 XX 大廈 XX 樓 XX 的住所鎖匙、住所內夾萬的鎖匙及密碼交給上訴人，以便上訴人幫助其處理該單位的漏水維修工程及其兒子的保險等事宜。
7. 期間，上訴人欲將被害人的上述輕型汽車據為己有，於是在被害人不知悉的情況下，在一份商業及動產登記局的轉讓車輛登記申請書的賣方簽名欄上，使用未能查明的方法假冒被害人的簽名，並著其兒子 F 在買方簽名欄簽名，然後於 2004 年 4 月 30 日持 F 及被害人的澳門居民身份證以及上述的轉讓車輛登記申請書前往第二公證署，成功辦理了以比對身份證原件簽名相似之簽名認定 (tendo obtido sucesso o reconhecimento da assinatura por semelhança por confronto com o original do BIRM)。
8. 其後，上訴人持上述轉讓車輛登記申請書到「B 車行有限公司」，要求該公司的其中一名職員代為遞交予商業及動產登記局辦理有關車輛的轉讓手續。
9. 2004 年 5 月 4 日，被害人離開澳門前往外地工作。

10. 2004 年 5 月 10 日，上述假冒被害人簽名的轉讓車輛登記申請書被交予商業及動產登記局，並成功將被害人的輕型汽車 MJ-XX-X8 登記在上訴人兒子 F 名下，被上訴人據為己有。
11. 2005 年 2 月 27 日，被害人返回澳門後發現其放於家中的上述輕型汽車車匙及夾萬內的一些文件等不見了，於是致電上訴人及前往上訴人的住所了解情況，但都未能聯絡上上訴人。
12. 其後，被害人又發現其停泊在「XX 大廈」停車場的輕型汽車 MJ-XX-X8 不見了，於是向商業及動產登記局查核後發現該輛汽車已登記在上訴人兒子的名下，因而覺得受騙，並於 2005 年 3 月 7 日向司法警察局報案求助。
13. 在知悉被害人回澳後，於 2005 年 3 月，上訴人駕駛上述輕型汽車 MJ-XX-X8 前往位於 XX 街的「G」，通過該車行的經紀 H 套以港幣\$108,000 圓及一次過支付全數價金的方式，將該輛輕型汽車賣給 C。
14. 經鑑定，上述輕型汽車 MJ-XX-X8 的轉讓車輛登記申請書上的賣方簽名很可能不是由被害人 D 所簽署的。
15. 上訴人在自由、自願及有意識的情況下，為取得不正當利益，使用偽冒的被害人簽名製造虛假的文件。
16. 上訴人在自由、自願及有意識的情況下，為取得不正當利益、明知輕型汽車 MJ-XX-X8 屬被害人所有，仍利用偽冒被害人簽名的手段，使公證署和商業及動產登記局的職員產生錯誤，從而將被害人的上述輕型汽車轉而登記在其兒子的名下，據為己有，然後將之變賣圖利，從而

令被害人遭受巨額財產的損失。

17. 上訴人清楚知道其行為是法律所不容，且會受法律制裁。

另外證明下列事實：

18. 根據刑事紀錄證明，上訴人無犯罪前科。

19. 上訴人聲稱為商人，月收入約港幣十萬圓，無家庭經濟負擔，其學歷為中學畢業。

20. 被害人遭受到至少澳門幣十萬圓損害。

21. 被害人請求並接受法庭於本案裁定民事賠償及金額。

未獲證明之事實：

1. 未獲證明：上述轉讓車輛登記申請書為具特別價值之文件。

三、法律方面

本上訴涉及下列問題：

- 審查證據方面明顯有錯誤
- 法律定性
- 詐騙罪與偽造文件罪的競合

1. 上訴人 A 認為原審法院的有罪裁判違返了“存疑無罪”的原則，亦即存有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c) 項規定審查證據方面明顯有錯誤的瑕疵。

根據《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c)項規定，上訴亦得以審查證據方面明顯有錯誤為依據，只要有關瑕疵係單純出自案卷所載的資料，或出自該等資料結合一般經驗法則者。

終審法院於 2001 年 3 月 16 日，在第 16/2000 號刑事上訴案判決中認定：“審查證據中的明顯錯誤是指已認定的事實互不相容，也就是說，已認定的或未認定的事實與實際上已被證實的事實不符，或者從一個被認定的事實中得出在邏輯上不可接受的結論。錯誤還指違反限定證據的價值的規則，或職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。”

經分析原審判決書內所載的已被證實的事實及未被證實的事實，並未發現互不相容的情況。

審查證據方面，原審法院在事實的判斷中說明：

“嫌犯在審判聽證作出聲明，斷然否認實施了被控告的事實。

被害人在審判聽證中作出聲明，講述了事件經過。

司警偵查員在審判聽證中作出聲明，清楚及客觀地講述了案件調查的經過。

其他控方及辯方證人在審判聽證中作出聲明。

司法警察局鑒定顯示：輕型汽車 MJ-XX-X8 的轉讓車輛登記申請書上的賣方簽名很可能不是由被害人 D 所簽署的；不能確定是否由嫌犯或是嫌犯的兒子簽署。

經客觀綜合分析在審判聽證中嫌犯及各證人之聲明、結合在審判聽證中審查的書證、扣押物及其他證據後，本合議庭認定上述

事實。”

具體分析相關的證據，原審法院除在審判聽證中聽取上訴人的聲明外，還聽取了被害人及案中其他證人的證言，審查了案中的文件及被扣押的證物。

司法警察局鑑定報告顯示，有關車輛的登記申請書上的賣方簽名很可能不是由被害人 D 所簽署，但鑑定報告亦指出，不能確定是否由上訴人或是上訴人的兒子簽署。雖然鑑定報告未能肯定上述申請書簽名是由上訴人冒簽的，但是，結合被害人的聲明，以及有關車輛成功登記在上訴人兒子名下的事實，原審法庭根據生活經驗法則分析有關事實，並按照自由心證原則認定上訴人實施了相關的犯罪事實。

經分析上述的證據，並結合一般經驗法則，可合理且顯而易見地得出原審法院認定上訴人實施的詐騙行為並無明顯錯誤之處，亦沒有違反“疑點利益歸於嫌犯”原則。

顯然，上訴人只是透過質疑原審法院對事實的認定，實際上是質疑法院的心證。

但在本案中，原審法院在審查證據方面並未違背以上所提到的任何準則或經驗法則，因此，上訴人不能僅以其個人觀點為由試圖推翻原審法院所形成的心證。

因此，上訴人上述部分的上訴理由不成立。

2. 現在需要處理上訴人的犯罪行為的法律定性。

助理檢察長在意見書中提出，上訴人的行為並未滿足詐騙罪的罪狀構成要件，反而應該定性為觸犯一項《刑法典》第 199 條第 1 款及第 4 款 a) 項的信任之濫用罪。

《刑法典》第 211 條規定：

“一、意圖為自己或第三人不正當得利，以詭計使人在某些事實方面產生錯誤或受欺騙，而令該人作出造成其本人或另一人之財產有所損失之行為者，處最高三年徒刑或科罰金。

二、犯罪未遂，處罰之。

三、如因詐騙而造成之財產損失屬巨額，行為人處最高五年徒刑，或科最高六百日罰金。

四、如屬下列情況，則處二年至十年徒刑：

- a) 財產損失屬相當巨額者；
- b) 行為人以詐騙為生活方式；或
- c) 受損失之人在經濟上陷於困境。”

詐騙罪的構成要件為兩客觀要素：以詭計使人產生錯誤或受欺騙；而令該人作出造成其本人或令一人之財產有所損失之行為；以及一主觀要素：意圖為自己或第三人不正當得利。

《刑法典》第 199 條規定：

“一、將以不移轉所有權之方式交付予自己之動產，不正當據為己有者，處最高三年徒刑或科罰金。

二、犯罪未遂，處罰之。

三、非經告訴不得進行刑事程序。

四、如第一款所指之物：

a) 屬巨額者，行為人處最高五年徒刑，或科最高六百日罰金；

b) 屬相當巨額者，行為人處一年至八年徒刑。

五、如行為人因工作、受僱或職業之緣故，又或以監護人、保佐人或司法受寄人之身分，接收法律規定須予寄託之物，而將之據為己有者，處一年至八年徒刑。”

信任之濫用罪的組成客觀要素為行為人將以不轉移所有權方式交付予其的動產不正當據為己有。而主觀要素則容許任一故意的種類。³

根據原審已證事實：“嫌犯在自由、自願及有意識之情況下，故意作出有關行為，意圖為自己取得不正當得利，以虛構事實欺騙及使公證署和商業及動產登記局的職員產生錯誤，從而將被害人的上述輕型汽車轉而登記在其兒子的名下，據為己有，最後，後將之變賣圖利，令被害人遭受巨額財產的損失。”

上述已證事實可顯示，上訴人的行為確實滿足了詐騙罪的罪狀構成要素，因此，原審法院的法律定性正確，應予維持。

3. 上訴人認為其偽造文件的行為均為達到作出詐騙犯罪的目的，應被詐騙罪吸收，則上訴人只應被判處觸犯詐騙罪。

³ Paulo Pinto de Albuquerque 《Comentário de Código Penal》Universidade Católica Editora, pág. 566 e 568, nºs 4 e 18.

根據《刑法典》第 211 條規定：“一、意圖為自己或第三人不正當得利，以詭計使人在某些事實方面產生錯誤或受欺騙，而令該人作出造成其本人或另一人之財產有所損失之行為者，處最高三年徒刑或科罰金。二、犯罪未遂，處罰之。三、如因詐騙而造成之財產損失屬巨額，行為人處最高五年徒刑，或科最高六百日罰金。四、如屬下列情況，則處二年至十年徒刑：a)財產損失屬相當巨額者；b)行為人以詐騙為生活方式；或 c)受損失之人在經濟上陷於困境。”

根據《刑法典》第 244 條規定：“一、意圖造成他人或本地區有所損失，又或意圖為自己或他人獲得不正當利益，而作出下列行為者，處最高三年徒刑或科罰金：a)製造虛假文件，偽造或更改文件，又或濫用他人之簽名以製作虛假文件；b)使法律上之重要事實，不實登載於文件上；或 c)使用由他人製造、偽造或更改之以上兩項所指之文件。二、犯罪未遂，處罰之。”

根據《刑法典》第 245 條規定：“如上條第一款所指事實之對象，係公文書或具同等效力之文件、身分證明文件、認別須登記之動產之根本文件、密封遺囑、郵政匯票、匯票、支票，或可背書移轉之其他商業文件，又或係任何不屬第二百五十七條第一款 a)項所指之債權證券，行為人處一年至五年徒刑。”

中級法院於 2003 年 6 月 5 日，在第 76/2003 號刑事上訴案判決中認定：當行為人同時觸犯詐騙罪及偽造文件罪時，由於兩罪法

律條文所保護的法益不同，兩罪之間為實質競合⁴。

中級法院於 2006 年 12 月 14 日，在第 423/2006 號刑事上訴案判決中認定：如果兩者所保護的法益之間有緊密聯繫，則可以認定方式犯罪完全附屬於目的犯罪，那麼兩者之間就存在表面競合的關係⁵。

詐騙罪與使用偽造文件罪的犯罪性質完全不同，兩者更各自保障不同的法益。詐騙罪是以保護財產免受侵害為目的；而使用偽造文件罪則旨在保護文件本身所具有的公信力及其在證明力方面的安全性及可信性。

此外，立法者希望通過使用偽造具特別價值文件罪所保障的法益不僅限於保障一般文件的可信性以及社會大眾對文書的信心，同時亦保障該等具特別價值文件的公信力。

因此，由於兩者所保護的法益不同，詐騙罪與偽造文件罪之間屬於實際競合的關係，而上訴人上述部分的上訴理由亦不成立。

四、決定

⁴ 原文為：“Preenchendo a conduta do agente os elementos típicos dos crimes de ‘burla’ e ‘falsificação de documentos’, verifica-se concurso real ou efectivo de crimes, visto que distintos são os bens jurídicos tutelados pelas normas que punem tais ilícitos.”

⁵ 原文為：“Se os interesses jurídicos protegidos e que foram violados estão intimamente relacionados, podendo dizer-se que o crime meio está inteiramente conexionado com o crime fim, pode haver uma situação de concurso aparente entre eles, como será o caso do crime de ofensas à integridade física em que se traduziu a violência insita ao crime de coacção.”

綜上所述，合議庭裁定上訴人 A 的上訴理由不成立，維持原審判決。

判處上訴人繳付 6 個計算單位之司法費，上訴的訴訟費用。
著令通知。

2016 年 1 月 28 日

(本人同意上述裁決，但作出如下表決聲明：

本案例中，上訴人在詐騙行為中所使用的是轉讓車輛登記申請書，為私文書，但並非單純只可用於本次的詐騙行為，因此，相關的偽造文件罪需要獨立處罰以便修補相關文件被損害的公信力。因此，詐騙罪與偽造文件罪之間為實質競合的關係。)

譚曉華 (裁判書製作人)

蔡武彬 (第一助審法官)

司徒民正 (第二助審法官)